



Edição nº 646 – 03/11/2020
(Período 27 de outubro a 3 de novembro de 2020)

1. PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

ADI 4467 - Decisão: O Tribunal, por unanimidade, confirmou a medida cautelar e julgou procedente a ação para conferir interpretação conforme à [Constituição](#) aos arts. 91-A da [Lei nº 9.504/1997](#) e 47, § 1º, da [Resolução - TSE nº 23.218/2010](#), assentando que a ausência do título de eleitor no momento da votação não constitui, por si só, óbice ao exercício do sufrágio, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 9.10.2020 a 19.10.2020.

ADI 6531 - RELATOR: MIN. CELSO DE MELLO - AGTE: FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES SINDICAIS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL – FESOJUS-BR. Decisão: O Tribunal, por maioria, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio. Plenário, Sessão Virtual de 25.9.2020 a 2.10.2020. Ementa: Ação Direta de Inconstitucionalidade - entidade sindical de segundo grau – inadmissibilidade - legitimação ativa para a instauração do controle "in abstracto" de constitucionalidade que se reconhece entre os órgãos que compõem a estrutura sindical brasileira, apenas às confederações (entidades sindicais de terceiro grau) - precedentes - alegação de que a autora, não obstante o seu caráter inequivocamente sindical, legitimar-se-ia ao ajuizamento da ação direta na condição de entidade de classe de âmbito nacional - impossibilidade - condição jurídica própria das entidades sindicais que lhes confere uma natureza distinta das demais categorias de associações de classe - qualidade jurídica que não pode ser desconsiderada, momentaneamente, com o fim de viabilizar, por conveniência processual, o acesso aos instrumentos de fiscalização normativa abstrata perante o Supremo Tribunal Federal - precedentes - ação direta não conhecida - interposição de recurso de agravo contra essa decisão - recurso de agravo improvido. - As federações e os sindicatos, mesmo aqueles de âmbito nacional, não dispõem de legitimidade ativa para o ajuizamento da ação direta de

inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Precedentes. - No âmbito da estrutura sindical brasileira, somente as confederações sindicais - que constituem entidades de grau superior - possuem qualidade para agir, em sede de controle normativo abstrato, perante a Suprema Corte ([CF](#), art. 103, IX). Precedentes. - Ao reconhecer legitimação para agir em sede de fiscalização abstrata às confederações sindicais e às entidades de classe de âmbito nacional, a [Constituição da República](#) (art. 103, IX) tratou de situações que não são intercambiáveis, não se admitindo, por isso mesmo, para efeito de ativação da jurisdição de controle "in abstracto", que uma entidade sindical de segundo grau, demitindo-se, momentaneamente, de sua condição sindical, invoque a qualidade de entidade de classe de âmbito nacional. Precedentes.

ADPF 389 - Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na arguição de descumprimento de preceito fundamental, para declarar a inconstitucionalidade da [Portaria Interministerial nº 192/2015](#), nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Alexandre de Moraes, que julgava prejudicada a arguição. Na sequência, deixou de modular os efeitos da decisão por não ter alcançado o quorum previsto no art. 27 da [Lei nº 9.868/1999](#). Falaram: pela requerente, o Dr. Bernardo Altino Pereira Brant; e pelo amicus curiae Defensoria Pública da União, o Dr. Gustavo Zortéa da Silva. Plenário, Sessão Virtual de 15.5.2020 a 21.5.2020. *Ementa: Direito ambiental. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Suspensão do período de defeso da pesca por ato do Executivo. Violação ao princípio da precaução. Ameaça à fauna brasileira, à segurança alimentar e à pesca artesanal.*

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Instrução Normativa nº 84/2020 – Presidência - altera a [Instrução Normativa CNJ nº 79/2020](#), que regulamenta o gerenciamento de projetos institucionais no âmbito do Conselho Nacional de Justiça – **em anexo**.

Instrução Normativa nº 85/2020 – Presidência - dispõe sobre a organização de eventos institucionais no âmbito do Conselho Nacional de Justiça – **em anexo**.

Resolução nº 350/2020 – Presidência - estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário e outras instituições e entidades, e dá outras providências – **em anexo**.

Resolução nº 351/2020 – Presidência - institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação – **em anexo**.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Portaria nº 496/2020 – Presidência – republicação consolidada - divulga a consolidação dos feriados do ano 2020 no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região – **em anexo**.

Portaria Conjunta nº 9/2020 – Corregedoria Regional e Cojef - dispõe sobre a centralização e a adoção de rito padronizado e simplificado nas ações referentes ao Auxílio Emergencial instituído pela [Lei nº13.982/2020](#) – **em anexo.**

Resolução nº 49/2020 – Presidência - dispõe sobre alteração da especialidade de cargo vago do Quadro de Pessoal da Subseção Judiciária de Ponta Grossa, SJPR (*altera a especialidade do cargo Analista Judiciário, Área Judiciária, Oficial de Justiça Avaliador Federal para Analista Judiciário, Área Judiciária, sem especialidade*) – **em anexo.**

Resolução nº 50/2020 – Presidência - desloca cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, sem especialidade, da Subseção Judiciária de Ponta Grossa para a Subseção Judiciária de Guaíra, ambas na SJPR – **em anexo.**

Resolução nº 51/2020 – Presidência - dispõe sobre alteração da especialidade de cargo vago do Quadro de Pessoal da Subseção Judiciária de Curitiba, Seção Judiciária do Paraná (*altera a especialidade do cargo Técnico Judiciário, Área Administrativa, Segurança e Transporte para Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Tecnologia da Informação*) – **em anexo.**

Resolução nº 52/2020 – Presidência - dispõe sobre alteração da área e especialidade de cargos do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – **em anexo.**

Resolução nº 53/2020 – Presidência - dispõe sobre a especialização, regionalização de competências e equalização de cargas de trabalho das Unidades Judiciárias de 1º Grau da Justiça Federal da 4ª Região – **em anexo.**

Resolução nº 54/2020 – Presidência - dispõe sobre a especialização e regionalização de competências na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, e estabelece outras providências – **em anexo.**

Resolução nº 55/2020 – Presidência - dispõe sobre a especialização e regionalização de competências na Seção Judiciária de Santa Catarina, e estabelece outras providências – **em anexo.**

Resolução nº 56/2020 – Presidência - dispõe sobre a especialização e regionalização de competências na Seção Judiciária do Paraná, e estabelece outras providências – **em anexo.**

Resolução nº 57/2020 – Presidência - dispõe sobre alteração da área e especialidade de cargos vagos do Quadro de Pessoal da Subseção Judiciária de Porto Alegre, SJRS – **em anexo.**

Resolução nº 58/2020 – Presidência - dispõe sobre alteração da especialidade de cargo vago do Quadro de Pessoal da Subseção Judiciária de Florianópolis, Seção Judiciária de Santa Catarina (*altera a especialidade do cargo Analista Judiciário, Área Judiciária, Oficial de Justiça Avaliador Federal para Analista Judiciário, Área Judiciária, sem especialidade*) – **em anexo.**

Resolução nº 59/2020 – Presidência - dispõe sobre alteração da especialidade de cargo vago do Quadro de Pessoal da Subseção Judiciária de Joinville, Seção Judiciária de Santa Catarina (*altera a especialidade do cargo Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Operação de Computador para Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Tecnologia da Informação*) – **em anexo**.

2. PODER LEGISLATIVO FEDERAL

Lei nº 14.076/2020 - altera as Leis que especifica a fim de prorrogar incentivos fiscais para o desenvolvimento regional, na forma que especifica.

Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 139/2020 - faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020**, publicada no Diário Oficial da União no dia 3, do mesmo mês e ano, que "Institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

3. PODER EXECUTIVO FEDERAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto nº 10.533/2020 - revoga o **Decreto nº 10.530, de 26 de outubro de 2020**, que dispõe sobre a qualificação da política de fomento ao setor de atenção primária à saúde no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

Decreto nº 10.534/2020 - institui a Política Nacional de Inovação e dispõe sobre a sua governança.

Decreto nº 10.535/2020 - altera o **Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986**, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente.

Decreto nº 10.537/2020 - altera o art. 154 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo **Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999**, e o art. 1º do **Decreto nº 10.413, de 2 de julho de 2020**, que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a prorrogar o período das antecipações de que tratam os art. 3º e art. 4º da **Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020**.

Portaria nº 74/2020 - Conselho de Governo – institui Grupo Técnico e designa seus membros para elaboração da minuta da Política Nacional de Fronteiras, coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

[Portaria nº 390/2020 - Advocacia-Geral da União](#) - dispõe sobre os critérios de seleção para o afastamento de Advogados da União, de Procuradores Federais e de servidores administrativos da Advocacia-Geral da União para a participação em ações de desenvolvimento.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA

[Portaria nº 513/2020 - Gabinete do Ministro](#) - regulamenta a doação, com encargos, de veículos automotores recebidos do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD, às Organizações da Sociedade Civil que atuam na redução da demanda de drogas.

[Portaria nº 514/2020 - Gabinete do Ministro](#) - estabelece os mecanismos de monitoramento, acompanhamento e controle da utilização dos veículos automotores doados às Organizações da Sociedade Civil - OSC que atuam na redução da demanda de drogas.

[Portaria nº 519/2020 - Gabinete do Ministro](#) - dispõe sobre o calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial instituído pela [Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020](#).

MINISTÉRIO DA DEFESA

[Portaria nº 313/2020 - Comando da Marinha](#) - cria a Comissão Técnico-Científica para o Assessoramento e Apoio das atividades de Monitoramento e a Neutralização dos Impactos Decorrentes da Poluição Marinha por Óleo e outros Poluentes na Amazônia Azul.

[Portaria nº 113/2020 - Comando da Aeronáutica](#) - aprova o Aviso de Convocação do Processo Seletivo para Convocação e Incorporação de Profissionais de Nível Médio, com vistas à Prestação do Serviço Militar Voluntário, em caráter temporário, para o ano de 2021.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

[Portaria nº 362/2020 - Gabinete do Ministro](#) - estabelece o dia 30 de outubro, em comemoração ao Dia do Servidor Público, como ponto facultativo.

[Portaria nº 364/2020 - Gabinete do Ministro](#) - estabelece para os servidores da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), como ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público, de que trata o art. 236 da [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), o dia 23 de novembro de 2020.

[Portaria nº 4.586/2020 - Secretaria da Receita Federal](#) - altera a [Portaria RFB nº 696, de 9 de abril de 2020](#), que disciplina, no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), a aplicação da suspensão das disposições normativas que restringem o percentual de servidores designados para trabalho

remoto e das que estabelecem acréscimo de produtividade a que se refere o § 3º do art. 6º-A da [Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 19, de 12 de março de 2020](#), em virtude das medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).

[Portaria nº 4.648/2020 - Secretaria da Receita Federal](#) - altera a [Portaria RFB nº 1.639, de 22 de novembro de 2016](#), que estabelece procedimentos para disponibilização de dados de que trata o [Decreto nº 8.789, de 29 de junho de 2016](#).

[Portaria nº 22.833/2020 - Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal](#) - orienta os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), sobre a impossibilidade de cobrança da contribuição sindical pelo servidor público federal.

[Portaria nº 22.899/2020 - Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal](#) - estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, acerca do recesso para comemoração das festas de final de ano.

[Portaria Conjunta nº 79/2020 - Secretaria Especial de Previdência e Trabalho/INSS](#) - altera a [Portaria Conjunta nº 47, de 21 de agosto de 2020](#), que disciplina a operacionalização, pelo Instituto Nacional do Seguro Social, da antecipação de um salário mínimo mensal ao requerente do auxílio por incapacidade temporária (auxílio-doença), de que tratam o art. 4º da [Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020](#), e o [Decreto nº 10.413, de 2 de julho de 2020](#).

[Resolução nº 9/2020 - Comissão de Valores Mobiliários \(CVM\)](#) - dispõe sobre a atividade de classificação de risco de crédito no âmbito do mercado de valores mobiliários.

[Resolução nº 30/2020 - Banco Central do Brasil](#) - altera a [Resolução BCB nº 19, de 1º de outubro de 2020](#), e o Regulamento anexo à [Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020](#), que disciplina o funcionamento do arranjo de pagamentos Pix.

[Resolução nº 31/2020 - Banco Central do Brasil](#) - aprova o Manual de Penalidades do Pix.

[Resolução nº 32/2020 - Banco Central do Brasil](#) - estabelece os requisitos técnicos e procedimentos operacionais para a implementação no País do Sistema Financeiro Aberto (Open Banking).

[Instrução Normativa nº 109/2020 - Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal](#) - estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC para o retorno gradual e seguro ao trabalho presencial.

[Instrução Normativa nº 1.984/2020 - Secretaria da Receita Federal](#) - dispõe sobre a habilitação de declarantes de mercadorias para atuarem no comércio

exterior e de pessoas físicas responsáveis pela prática de atos nos sistemas de comércio exterior em seu nome, bem como sobre o credenciamento de seus representantes para a prática de atividades relacionadas ao despacho aduaneiro de mercadorias e dos demais usuários dos sistemas de comércio exterior que atuam em seu nome.

[Instrução Normativa nº 32/2020 - Banco Central do Brasil](#) - estabelece o formato, a periodicidade e as informações a serem prestadas pelos participantes do Pix.

[Instrução Normativa nº 34/2020 - Superintendência Nacional de Previdência Complementar \(Previc\)](#) - dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles internos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar visando à prevenção da utilização do regime para a prática dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, de que trata a [Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998](#), e de financiamento do terrorismo, previsto na [Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016](#), observando também aos dispositivos da [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados](#).

[Instrução Normativa nº 107/2020 - Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital](#) - altera a [Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018](#), que estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores -Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Portaria nº 655/2020 - FNDE](#) - prorroga, para o dia 30 de novembro de 2020, o prazo estabelecido na [Resolução nº 03, de 28 de junho de 2012](#), para a realização dos aditamentos de renovação semestral dos contratos de financiamento concedidos pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), simplificados e não simplificados, do 2º semestre de 2020.

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

[Portaria nº 2.145/2020 - Departamento Nacional de Trânsito \(Denatran\)](#) - estabelece o valor referente à homologação dos cursos e das plataformas tecnológicas e regulamenta a validação biométrica facial de condutores, para os cursos realizados na modalidade de ensino à distância (EAD) de que trata a [Resolução CONTRAN nº 730, de 6 de março de 2018](#).

MINISTÉRIO DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS

[Portaria nº 3/2020 - Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos dos Idosos](#) - dispõe sobre as competências, o fluxo dos processos ao pagamento a prestação de auxílio financeiro pela União às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), no exercício de 2020, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional

decorrente do coronavírus (Covid-19), nos termos do art. 22 da [Portaria nº 2.221, de 3 de setembro de 2020](#).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

[Acordo](#) - entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, referente aos privilégios e imunidades dos observadores das eleições municipais a celebrarem-se em 15 de novembro de 2020, em primeiro turno, e 29 de novembro de 2020, em segundo turno.

[Voltar ao topo](#)